



## REQUERIMENTO N.º 177/2026

REQUER AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DA COPEC, CGM E PGM, INFORMAÇÕES DETALHADAS ACERCA DO PROCESSO DE REQUERIMENTO JUNTO AO TCM-PA PARA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE DAS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS MUNICIPAIS.

Senhor Presidente,  
Nobres colegas vereadoras e Vereadores,

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202 do Regimento Interno, que seja enviado ofício ao Poder Executivo Municipal, por meio da **Coordenadoria de Convênios e Parcerias (COPEC)**, da **Controladoria Geral do Município (CGM)** e da **Procuradoria Geral do Município (PGM)**, solicitando informações detalhadas acerca das providências adotadas pelo Município de Parauapebas para obtenção do **Certificado de Atendimento aos Critérios de Transparência e Rastreabilidade das Emendas Parlamentares Impositivas**, exigido pela **Instrução Normativa nº 006/2025/TCMPA**.

### JUSTIFICATIVA

A Instrução Normativa nº 006/2025 do Tribunal de Contas dos Municípios do



Estado do Pará (TCM-PA) estabeleceu critérios obrigatórios relacionados à transparência, rastreabilidade e controle das emendas parlamentares impositivas, especialmente para fins de celebração de parcerias, termos de fomento, termos de colaboração e demais instrumentos vinculados à execução das emendas parlamentares municipais.

Entre as exigências previstas na referida normativa, destaca-se a necessidade de emissão do **Certificado de Atendimento aos Critérios de Transparência e Rastreabilidade**, documento indispensável para regular operacionalização e execução das emendas parlamentares impositivas destinadas pelos vereadores.

Considerando a importância das emendas parlamentares para execução de políticas públicas, apoio às organizações da sociedade civil e atendimento de demandas essenciais da população, torna-se imprescindível que esta Casa Legislativa acompanhe as medidas adotadas pelo Poder Executivo para cumprimento das exigências estabelecidas pelo TCM-PA.

Além disso, é necessário esclarecer se houve eventuais pendências, reprovações ou exigências técnicas formuladas pelo Tribunal de Contas, uma vez que a ausência da certificação pode comprometer diretamente à execução das emendas parlamentares e prejudicar ações de interesse público no Município de Parauapebas.

Dessa forma, o presente requerimento visa garantir transparência, segurança jurídica e adequado acompanhamento institucional acerca do andamento do referido processo administrativo junto ao TCM-PA.

## **QUESTIONAMENTOS**

1. O Município de Parauapebas já realizou requerimento junto ao TCM-PA visando à emissão do **Certificado de Atendimento aos Critérios de**



---

## **Transparência e Rastreabilidade das Emendas Parlamentares Impositivas, nos termos da IN nº 006/2025/TCMPA?**

2. Em caso positivo, informar:
  - a data do protocolo do pedido;
  - número do processo administrativo;
  - órgão municipal responsável pela instrução processual.
3. Quais documentos foram apresentados e instruídos no processo encaminhado ao TCM-PA? Encaminhar cópia integral.
4. O Município recebeu diligências, recomendações, notificações ou apontamentos técnicos por parte do TCM-PA? Em caso positivo, encaminhar cópia integral.
5. Houve indeferimento, reprovação ou não emissão do certificado em algum momento? Em caso positivo:
  - qual foi o motivo apontado pelo TCM-PA;
  - quais irregularidades ou pendências foram identificadas;
  - quais medidas foram adotadas para saneamento.
6. Caso o certificado ainda não tenha sido emitido, qual o atual estágio do procedimento e qual a previsão para regularização?
7. Existem medidas administrativas, tecnológicas ou normativas em andamento para adequação definitiva do Município às exigências da IN nº 006/2025/TCMPA?
8. Qual o papel específico desempenhado pela COPEC, CGM e PGM na



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL  
DE PARAUAPEBAS**

VEREADOR  
**LAÉCIO**  
Trabalho e compromisso!  
**DA ACT**

---

condução e acompanhamento do referido procedimento?

Diante do exposto, e considerando a relevância institucional e orçamentária da matéria, apresento o presente requerimento para apreciação dos nobres vereadores e vereadoras, a fim de que sejam prestadas as informações necessárias ao adequado exercício da função fiscalizatória desta Casa Legislativa.

Parauapebas, 06 de maio de 2026.

**LAÉCIO CÂNDIDO GOMES**  
Vereador - PDT